

Detlev Schelsky*

O novo interesse no membro do BRIC – Brasil

No âmbito da pesquisa sobre a América Latina nos países de língua alemã, a pesquisa sobre o Brasil foi sempre tratada como “enteada”, pois a competência no idioma português não é tão disseminada quanto no espanhol. Por isso é gratificante observar que, desde que passou a integrar os países BRIC, é dada maior importância ao Brasil e também a pesquisa e a discussão sobre este país torna-se mais abrangente.

Ademais houve uma alteração nos questionamentos básicos. Enquanto antes ocupava-se principalmente com a pobreza no Brasil e os problemas étnicos a ela relacionados, atualmente há um maior interesse na economia e na política do país. Em geral, o horizonte temporal limita-se às últimas décadas – o ponto de partida frequentemente é a redemocratização em 1985 – e aos últimos anos, ou seja, o período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, comumente mais conhecido apenas como Lula. Talvez seja esta combinação de um presidente, caracterizado como socialista, e uma economia capitalista cada vez mais bem sucedida, que provoca a grande atenção internacional.

Um indicador para o crescente interesse nesta temática é a sua escolha para experimentar novas teorias científicas, como é o caso das duas publicações seguintes. Em ambos os casos, a nova economia política é o ponto inicial para as reflexões.

A monografia de Anatol Adam, *Die Organisation der brasilianischen Grenzpolitik*, baseia-se em uma dissertação apresentada à Faculdade de Economia e Sociologia da universidade de Colônia, em 2010, cujo orientador foi o professor Dr. Th. Jäger, catedrático da cadeira “*Internationale Politik und Außenpolitik*”.

O trabalho está dividido em duas partes: uma parte introdutória teórica e outra parte empírica mais detalhada. Na parte teórica são apresentados o campo interdisciplinar e a teoria dos custos de transação, como desenvolvida por Oliver Williamson. A teoria dos custos de transação é parte da Nova Economia Institucional, que se baseia em tres elementos. Além dos custos de transação são estes o agente principal e a teoria da propriedade (p. 20). Em 2009, O. Williamson recebeu para sua teoria o prêmio Nobel de Economia. “Na teoria da transação estão refletidos os principais componentes da troca: o aparecimento simultâneo de interesses conflitantes, dependência mútua e a decisão sobre uma estrutura de solução do conflito” (p. 41). Como pode se deduzir da extensa bibliografia, as principais fontes utilizadas, respectivamente aos princípios teóricos escolhidos, procedem em sua maioria dos Estados Unidos da América.

* *Docente no Institut für Soziologie (IfS) da Westfälische Wilhelms-Universität Münster. Correo electrónico: dschelsky@t-online.de.*

A segunda parte começa com uma descrição daqueles problemas para o Brasil, que ocorrem e se originam em suas fronteiras. Trata-se aqui de um corredor de 150 km de largura, chamado no Brasil de “faixa”. Este problema resulta sobretudo da atividade de bandos de marginais e do crime organizado, no qual os entorpecentes, especialmente a cocaína, têm significativa importância. No entanto, o autor considera secundário os possíveis ataques pelos vizinhos ou, como frequentemente temido pelo Brasil, pelos países industrializados, especialmente pelos EUA, na área do Amazonas, ou – mais recentemente – nos campos de petróleo.

A seguir o autor descreve detalhadamente aquelas instituições que se ocupam de alguma forma com a segurança da fronteira. Tais descrições seguem praticamente o mesmo esquema. Primeiro é apresentada a estrutura organizacional, inclusive as organizações subordinadas, frequentemente em forma de tabela, depois a área de atividades e a estrutura de despesa, especialmente a relacionada às questões de fronteira. No orçamento é dada maior atenção ao custo de pessoal e aos investimentos para aparelhos técnicos, equipamentos e todos os tipos de meios de locomoção. A cooperação entre as instituições e seus problemas são tratados de passagem, embora isto tenha grande importância, considerando os custos de transação. Talvez a causa disto seja que, no âmbito da teoria dos custos de transação, geralmente há problemas em determinar estes custos empiricamente. A descrição toma mais da metade do trabalho e o autor expõe que, metodicamente, ele procede a uma “*thick description*”, sem contudo mencionar Glifford Geertz (p. 60). Mas o problema está exatamente neste ponto, pois enquanto ele procede dedutivamente, a “*thick description*” é um método indutivo, no qual a análise estrutural pode ser um ponto de partida, mas não o próprio alvo da análise. Trata-se muito mais de analisar os decursos sociais e culturais em que se baseiam e ver se estas observações podem ser generalizadas. Porém exatamente este aspecto, também condicionado pelo método, falta a este trabalho. Abstraindo este problema fundamental, é um trabalho bem estruturado e rico em literatura.

A segunda dissertação, *Determinants of National IMF Policy* da autora Caroline Silva-Garbade, trata das negociações entre o FMI e os governos do Brasil e da Argentina, nos anos oitenta e noventa. Esta monografia em inglês foi apresentada à Faculdade de Economia e Ciências Sociais da Universidade Erlangen-Nürnberg, em 2010. Seu orientador foi o prof. W. Bernecker, catedrático da cadeira “*Auslandswissenschaft Romanischsprachige Kulturen*”.

Objeto desta dissertação é a discussão sobre os processos decisórios na política, a favor e contra o FMI, efetuada pelos países que recorreram a este fundo, com base nos casos do Brasil (no período de 1993 a 2005) e da Argentina (no período de 1991 a 2001). A base teórica do trabalho é a nova Economia política. A hipótese (p. 39), entretanto, é formulada de forma simples e genérica e infelizmente as respectivas teses também não são fundamentadas. Por exemplo, quando se define como hipótese, que um país tende a manter seus acordos com o FMI, quanto maior for a crença nas ameaças, mas esta crença não é definida, a formulação da hipótese fica assim incompleta. E isto não se modifica pela plausibilidade desta suposição.

O primeiro estudo de caso ocupa-se com o Brasil. O ponto principal são as negociações do governo Cardoso com o FMI, 1994-2002, no qual somente ao fim chegou-se a um acordo financeiro. A autora descreve detalhadamente quais as medidas políticas e econômicas que foram tomadas por parte do governo brasileiro. Além disso, relata minu-

ciosamente os problemas e influências políticas internas. Ela expõe e comenta em detalhes cada medida, mas na verdade não as analisa. Ademais, as concretas posições dos participantes, nas respectivas negociações, permanecem pouco claras. Toma-se conhecimento que o FMI, ou o governo brasileiro, recusou por fim um acordo, mas as razões para isso permanecem sombrias. Uma razão para tal é que casualmente se vem a saber, de quais ideias econômicas, em geral reunidas sob o termo de ideologia pela autora, partem ambos parceiros. Assim o “Consenso de Washington” é mencionado apenas uma vez, em uma nota de rodapé. Então, somente quando se conhece exatamente as ideias do FMI, pode se entender mais corretamente o comportamento do oponente, ou seja, o governo brasileiro.

A maior parte da descrição cronológica dos acontecimentos baseia-se sobretudo em documentos e publicações do FMI, assim como em entrevistas, que a autora fez com os participantes, principalmente do lado brasileiro. Infelizmente elas foram pouco utilizadas para a apresentação e na maioria entram no texto apenas em notas de rodapé. Uma curta apresentação do regulamento com o FMI, a partir de 2003, forma a conclusão deste primeiro estudo de caso. Mas não se encontra nenhuma indicação do motivo, pelo qual justamente este governo, considerado de esquerda, teve menos problemas com o FMI e fechou vários acordos com o Fundo. Por outro lado, o governo moderado de Fernando Henrique Cardoso, apesar das “concordâncias ideológicas” com o FMI, entrou em um acordo somente após anos.

Também o estudo de caso sobre as relações da Argentina contém uma descrição detalhada das decisões e medidas, por parte do governo argentino, perante o FMI. Mas, diferentemente do Brasil, estas relações levaram a muitos acordos e a Argentina tornou-se cada vez mais um cartaz de propaganda para o FMI, sobretudo no período do governo Menem, de julho de 1989 até dezembro de 1999. Entretanto as relações tornaram-se piores nos governos seguintes, o que levou à sua rutura pelo chefe do FMI naquela época, Horst Köhler. Tal rutura foi bastante surpreendente para a Argentina, uma vez que até então, o FMI tinha sido bem generoso na avaliação de acordos não cumpridos, ou cujos objetivos e medidas propostas não tivessem sido alcançados. No entanto permanece pouco esclarecido, até que ponto o rompimento do FMI com o governo argentino teve sua origem em uma mudança da estratégia do FMI, ou à política econômica da Argentina. Mesmo que neste capítulo algumas situações sejam analisadas minuciosamente, também aqui a descrição cronológica dos acontecimentos está em primeiro plano. Infelizmente não é feita uma comparação mais aprofundada de ambos estudos de caso.

O problema deste trabalho, baseado em uma literatura abrangente, é sua estruturação um pouco insuficiente. Esta impressão fica reforçada pela falta de numeração na estrutura. Para alguém que queira uma informação detalhada, no sentido histórico, sobre o curso das negociações, este trabalho é de maior utilidade.

Ambas dissertações ressentem-se de seu princípio teórico. A nova economia política parece não ser capaz, sozinha, de analisar satisfatoriamente processos político-econômicos complexos. Elas são por conseguinte também uma expressão da crise geral por que passa a economia, no momento.

Em muito semelhante a uma dissertação, mas não definido como tal, é o volume *Brasilien auf dem Weg zum Gobar Player* de Marcus Hölzl. A questão que o autor pretende examinar nesta monografia tem o seguinte teor: “Onde encontra-se agora este país multiétnico e de maior superfície da América Latina, no início do século 21 e após 8

anos sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, simplesmente chamado Lula, por todo mundo?” (p. 14). Como cientista político interessa-o sobretudo o desenvolvimento político do país.

Não contando com a costumeira introdução e o *conclusio*, ele inicia o trabalho com um resumo da história do Brasil, o qual ficou um pouco extenso com suas quase 50 páginas. Nos capítulos teóricos seguintes ele desenvolve o modelo, que serve como fundamento para sua afirmação de que o Brasil tornou-se um *Global Player*. Ele sintetiza este modelo em uma fórmula: nova multipolaridade + complexa interdependência = multilateralismo idealizado (p. 136). Para o último ele parte da ideia de que não mais “considerações oportunistas e o cálculo racional por motivo de vantagem própria são a mola propulsora dos atores,... mas a tentativa consciente de fazer frente aos desafios globais como uma sociedade mundial unida no mesmo objetivo” (p. 135). Sem esclarecer neste ponto os outros termos, dever-se-ia aqui deixar claro que este princípio é interpretado de maneira idealista ou utópica, ou como mesmo afirma o autor “otimista” (p. 136). Em geral, não fica muito claro em seu trabalho, até que ponto, em algumas afirmações, trata-se de apreciações, ou ideias utópicas. Isto é válido, por ex. para sua afirmação sobre o *Global Player* Brasil.

O capítulo sobre “determinantes endógenos” começa com uma apresentação do atual sistema político brasileiro e segue com uma descrição da política interna, especialmente a política social e econômica de Lula. Esta política é então descrita tanto como uma rutura com aquela de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, como também sendo sua continuidade. Esta contradição aparente, porém, não fica resolvida com análise ulterior.

Com os determinantes exógenos ocorre o mesmo. Por exemplo é referido que o governo brasileiro na época de Lula pressionou para que o Brasil se tornasse um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Mas depois é aludido que a deliberação neste sentido havia sido tomada pela primeira vez já em 1994. O mesmo é válido para a relação com os EUA, a qual também sob o governo Lula caracterizou-se como um jogo de aproximação e distanciamento. Os demais elementos da política externa de Lula, tais como a participação no encontro do G-20, a relação com a vizinhança, sua política sul-sul, mas também sua orientação para o Irã são apresentadas de forma precisa. O que falta é uma análise mais aprofundada principalmente para a questão, se o Brasil realmente tornou-se um *Global Player*, como cita o subtítulo. Além disso falta qualquer referência ao caráter específico do nacionalismo brasileiro, o qual influencia sobretudo a política externa e, com frequência, torna-a antes compreensível.

O ponto forte deste trabalho consiste sobretudo na apresentação e descrição do modelo político brasileiro básico. Mas no todo, esta publicação deixa uma impressão discrepante. Para o especialista ou conhecedor do Brasil, ela parece prolixa e na realidade resume o atual nível de conhecimento; não oferece portanto nada muito novo. Além disso há a deficiência de ter sido usada apenas literatura em alemão e inglês. Mas como o trabalho está escrito de forma bem legível, justamente por causa de sua apresentação detalhada do conhecimento básico sobre o Brasil político, é muito apropriado como introdução ao tema, para aquele não familiarizado com o Brasil e sua política.

Ambos os autores do volume *Auf dem Sprung* partem de um questionamento semelhante ao de Hölzl, mas com uma orientação mais econômica. A monografia representa uma tentativa de examinar por meio dos casos do Brasil, China e Índia, ou seja, os países “BIC”, como estes dominaram a crise econômica de 2008/2009 e qual significado

coube ao Neoliberalismo. A pergunta subjacente – infelizmente abordada apenas indiretamente, quando relatado sobre as iniciativas políticas destes países – é por que estes países ganharam tanta importância nos últimos anos.

Para os autores, ambos sociólogos, o centro desta questão é o Neoliberalismo. Para eles, esta é sobretudo uma ideologia que inclui “a estabilidade fundamental do setor privado, a independência dos mercados, a solução dos problemas da sociedade através do mecanismo de mercado, monetarismo e a necessidade de uma garantia institucional, para garantir a concorrência e transparência dos mercados” (p. 25). Para os autores basta o espectro nos países da OCDE “de um neoliberalismo ortodoxo, para um social-democrático até um neoliberalismo autoritário” (p. 26). Pergunta-se, se não está sendo confundido neoliberalismo com economia de mercado em geral. E questiona-se mais ainda, quando, como um outro exemplo, é citado o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, com a frase: “O deus, chamado mercado, está morto – devido à falta de controle” (p. 18). Com a mesma intenção, a referência que a estratégia de crescimento da China consiste em que “cada segunda regra do livro de economia seja ignorada e com isto também os dogmas neoliberais centrais” (p. 21).

Como consequência deste desenvolvimento neoliberal eles veem junto à crise financeira também o desequilíbrio comercial entre os países, assim como as favelas nos “países semi-periféricos” (eles seguem aqui a definição de Wallerstein). Nesta bem estruturada monografia a cada capítulo teórico sobre o neoliberalismo segue um outro sobre cada país, ou seja, primeiro sobre o Brasil, depois Índia e por fim a China. Como conclusão há um capítulo resumido.

Com exceção do capítulo sobre a Índia, os autores se restringem à uma apresentação histórico-cronológica e rica em fatos, sobre os acontecimentos econômicos, ideológicos e também políticos nestes países. Somente no caso da Índia fica demonstrado que a mudança de sua estratégia política decorre de uma crise da estratégia econômica precedente. Mostra-se aqui que a mudança para um sistema neoliberal surgiu de uma crise da orientação econômica anterior, direcionada ao capitalismo de estado e à substituição de importações. Também a constatada troca para o capitalismo estatal à maneira “social-keynesiana” no Brasil tem para ele mais um caráter ideológico, assim como, na China, a mudança estratégica para uma política econômica mais social e orientada ao consumo interno.

De modo genérico pergunta-se, se um conceito de neoliberalismo definido tão amplamente é apropriado para analisar os desenvolvimentos dos últimos anos de países tão diferentes entre si, como o Brasil, a Índia e a China. Não apenas que cada país tenha junto às suas características econômicas, também suas peculiaridades culturais e políticas. Além disso deve ser questionado, se cada medida da economia de mercado representa igualmente uma medida neoliberal: por ex. no sentido de um neoliberalismo, como os “*Chicago Boys*” introduziram no Chile, nos anos setenta do século passado.

Esta problemática fundamental é discutida no exemplo do Brasil. A verdadeira mudança de um modelo liberal para um modelo capitalista estatal aconteceu no Brasil já sob o governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, nos anos trinta e quarenta do século vinte. Também durante o regime militar, nos anos entre 1964 e 1985, houve fortes firmas estatais, como a Petrobras, ou a precursora da Vale e mais adiante um grande setor estatal; os conglomerados internacionais foram admitidos essencialmente com o objetivo de substituição de importações. Embora desde os anos setenta este modelo tenha entrado

em crescentes dificuldades e endividamento, por causa de corrupção e má administração, tendo sido feito um acordo com o FMI após uma moratória em 1982, as tendências de liberalização eram neste tempo ainda tímidas. Ao mesmo tempo, a crise persistiu e por isso qualifica-se os anos oitenta no Brasil como a década perdida. Baixo crescimento, inflação alta e grandes problemas sociais foram as marcas desta crise. A constituição de 1988, pela qual foi revogado definitivamente o governo militar, mostra a disputa das diferentes posições. Depois da tentativa fracassada de liberalização durante o governo Collor, a chamada “Collorstroika”, houve então uma consolidação política e também econômica, nos anos noventa. Nesta época foram realizadas privatizações, as primeiras medidas sociais e a estabilização da moeda, o Real, em 1994. Sobretudo as duas últimas medidas foram essenciais para o sucesso do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e também para o governo Lula, especialmente no seu primeiro mandato (2003-2006). Os autores desta publicação omitem a importância da crise, nos anos setenta e oitenta, assim como o significado das medidas dos anos noventa do século passado, especialmente a estabilização da moeda e atribuem o atual sucesso econômico sobretudo aos governos petistas de Lula e Rousseff.

Na realidade, desde 2007 existe a mudança na política econômica, apresentada pelos autores, em direção a um capitalismo estatal, semelhante ao dos militares, mas desta vez com indicadores democráticos. Assim foi arranjada novamente uma maioria nos conglomerados Vale e Petrobras, parcialmente privatizados nos anos noventa, e os bancos estatais, ou mais próximos ao estado arcam novamente com a maior parte dos investimentos. Mesmo quando o Brasil comparativamente atravessou bem a crise de 2008/2009, entre outros devido ao aumento nos gastos do estado de 8% do PIB e a um mercado financeiro amplamente regulado e protegido, deve ser provado agora, se esta mudança política também será bem sucedida. A alta taxa de crescimento de 7,5% em 2010 deve também ser vista como uma reação às crises anteriores e em 2011, segundo as primeiras informações nos jornais brasileiros, a taxa de crescimento de 2,7% parece ter sido menor do que a da Alemanha no mesmo ano. De modo genérico deve ser dito, que o crescimento do Brasil nos últimos anos monta à metade daquele da Índia ou da China. Então também a este respeito os países são bem diferentes. Apenas nos anos sessenta o Brasil teve taxas de crescimento comparáveis.

Até que ponto nos últimos anos, estes três países se desenvolveram para sua atual posição, por causa ou apesar do neoliberalismo, qualquer que seja sua definição, infelizmente não se pode avaliar com base nesta monografia. Mesmo que ultimamente a justiça na distribuição de renda tenha aumentado no Brasil e diminuído na China e na Índia, salienta-se que justamente a Índia, criticada pelos autores por manter sua estratégia de desenvolvimento “neoliberal”, mostra a menor injustiça na distribuição de renda. Segundo o “Human Development Report” de 2011, o coeficiente Gini do período de 2000 a 2011 é de 36,8 para a Índia, 41,5 para a China e 53,9 para o Brasil. A realidade destes países é portanto bem mais complicada do que um simples princípio, chamado neoliberalismo, possa refletir.

Albert Fishlow tenta também em sua monografia *Starting Over – Brazil Since 1985* examinar tanto a situação do Brasil até agora, quanto a futura. O autor deste livro, escrito em inglês, é um renomado economista e conhecedor do Brasil. Desde meados dos anos sessenta, ele pesquisa regularmente sobre o país e antes de sua jubilação foi diretor do Instituto Brasil, na *Columbia University*. Por conseguinte este livro é bom de se ler,

mas exige bastante do leitor, o qual deve possuir alguns conhecimentos prévios, tanto de economia, quanto em relação ao Brasil, para poder acompanhar a argumentação de Fishlow. Mesmo algumas fórmulas e extensas notas de rodapé não o intimidam e naturalmente foram utilizadas principalmente literatura e documentos brasileiros.

Mas é fornecido ao leitor uma muito boa apresentação e análise dos desenvolvimentos e problemas até o momento, assim como um panorama, digno de reflexão, dos desafios que o Brasil deverá enfrentar. E ao contrário de outros observadores, que acentuam a diferença entre os diferentes presidentes e suas respectivas políticas, ele apresenta ambas: a diferença, mas também a continuidade que existe desde 1985, o ano em que, após 20 anos de ditadura militar, houve com Sarney novamente um presidente civil. Enquanto no governo Sarney houve a promulgação da constituição democrática e no governo Cardoso a estabilização da moeda, houve no governo Lula uma forte expansão e reforma do setor social. No decorrer do tempo o programa “Fome Zero” tornou-se conhecido mundialmente.

Como economista, Fishlow prioriza naturalmente as questões econômicas e as políticas a elas relacionadas. Assim no primeiro capítulo, “*Political Change*”, ele discute junto com as consequências da Constituição de 1988 e a reforma do judiciário, também o interessante, mas raramente abordado, novo Direito de Falência brasileiro. No capítulo sobre “*Social Progress*” ele discute principalmente os problemas de custos e financiamento ligados à política social. Os problemas qualitativos deste setor são mencionados apenas de passagem. No capítulo sobre a política externa discorre principalmente sobre as negociações econômicas: as bem e mal sucedidas. Estas estendem-se desde os contratos mútuos da Argentina para a exportação e importação de automóveis e autopeças, a Rodada de Doha no âmbito da OMC, até às negociações fracassadas sobre uma zona americana total de livre comércio, ALCA, assim como as também fracassadas negociações da OMC dos últimos anos. Neste tema ele não se limita ao Brasil, mas analisa a posição do país em um mundo globalizado.

No último capítulo, ele resume sua argumentação e mostra ainda um panorama dos problemas que, segundo sua opinião, o Brasil terá de superar no futuro. Neste sentido, menciona em primeiro lugar a reforma dos partidos e do parlamento, de modo a que este ganhe maior importância. Além disso ele pleiteia um aumento da cota de investimentos, o que para ele significa também uma redução do déficit do setor público e aumento da poupança estatal. Ambos teriam como consequência uma diminuição da taxa de juros do Banco Central, SELIC, que hoje ainda é definida por uma taxa de juros reais de aproximadamente 4-5%.

Em cada capítulo, o autor procura restringir-se às questões e problemas que lhe parecem importantes. Ele argumenta de maneira concentrada, com grande conhecimento técnico, mas também com uma empatia distanciada. Ele não esconde um certo ceticismo frente a uma política econômica dominada pelo capitalismo de estado e ademais menciona abertamente os problemas. Em suma esta monografia é altamente recomendável.

As mesmas questões que Fishlow são discutidas pelo jornalista Alexander Busch. Sua publicação *Wirtschaftsmacht Brasilien* de 2011 apresenta uma versão ampliada daquela monografia de 2009 do mesmo autor, *Wirtschaftsmacht Brasilien – Ein Riese erwacht*. A versão atual é mais abrangente e contém, além dos textos revisados, um pequeno suplemento estatístico, com indicações sobre a situação social e o desenvolvimento econômico do Brasil. Igualmente novo é um “manual de comportamento” para

viajantes a negócio, assim como um “Investor’s Info”, contendo dicas úteis para investidores. Uma lista com links da internet forma a conclusão.

O autor é correspondente de diversos jornais de economia como *Handelsblatt* e *Finanz und Wirtschaft* da Suíça. Por conseguinte ele prioriza os temas políticos e econômicos. Neles se incluem a descrição do desenvolvimento de empresas brasileiras bem sucedidas, como Petrobras, Vale, a firma de cosméticos “Natura”, ou do bilionário Eike Batista e seus projetos, assim como a descrição do desenvolvimento político dos últimos anos, o qual constitui as bases do sucesso no desenvolvimento brasileiro. Como muitos outros, atualmente, Alexander Busch vê o Brasil como um futuro Global Player, em um mundo multipolar.

O capítulo introdutório constitui, na verdade, apenas uma exortação à indústria alemã para investir mais no Brasil e não perder as possibilidades do local. Suas descrições são carregadas de grande empatia e trata-se para ele de apresentar os desenvolvimentos positivos dos últimos anos. Os problemas que ainda afetam o cotidiano profissional e privado no Brasil, seja a criminalidade e as diferenças sociais, seja a burocracia do estado nem sempre mutio efetiva, são muitas vezes mencionados, mas, apesar disso, aparecem em segundo plano.

Os textos nos diferentes capítulos baseiam-se muitas vezes em seus artigos publicados nos jornais. Portanto leitores dos jornais mencionados reconhecerão alguns relatos. Assim como nos artigos dos jornais, Busch consegue apresentar bem as peculiaridades “humanas” e brasileiras de cada processo descrito. Além disso este carácter jornalístico do livro o torna de boa leitura. Entretanto no seu livro encontra-se pouca descrição e análise de momentos estruturais, como por ex. a relação generalizada entre o estado brasileiro e a economia privada no Brasil. A exceção a isto é dada pelo bem feito capítulo sobre o Amazonas, no qual ele consegue mostrar e confrontar os problemas e suas diversas perspectivas de uma maneira jornalística. Incluindo-se aí tanto as percepções errôneas pelo lado brasileiro e também estrangeiro, como os problemas e chances desta região.

Como já mencionado, o livro traz no fim indicações para a compra de ações brasileiras. No primeiro momento causa surpresa que o autor desaconselhe a compra direta no Brasil, devido ao alto custo burocrático. Em contrapartida, ele aconselha, acertadamente, a compra na Bolsa americana, na forma de ADR’s ou a compra em fundos de investimento.

Devido a sua boa legibilidade, este livro é recomendável a todos que se interessam pelo Brasil, como um dos países BRIC. Aos investidores potenciais, ele pode servir como uma primeira iniciação.

Dana de la Fontaine e Thomas Stehnen, como editores da coletânea *Das politische System Brasiliens* empreenderam a tarefa de apresentar o sistema político brasileiro e seu desenvolvimento na sua totalidade. Esta coletânea representa a mais abrangente coleção de textos, em língua alemã, sobre este tema. Os autores dos 22 artigos são em grande parte pesquisadores brasileiros, cujos artigos foram traduzidos, ou pertencem ao círculo da pesquisa latino-americana de Tübingen.

A maioria dos artigos dão uma boa iniciação ao respectivo tema e há poucos erros técnicos, ou erros de tradução. A prioridade temporal desta coletânea é o período desde a redemocratização, em 1985 e especialmente o período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Principalmente é tratado o sistema político a nível federal, enquanto as estruturas políticas nos estados da federação e sobretudo nos municípios não são

muito consideradas. Justamente este último é algo a se queixar, já que, em relação aos municípios, houve muitas mudanças desde a constituição de 1988. Mas naturalmente uma coletânea deste tipo não pode cobrir todos os temas. Falta igualmente um artigo sobre a corrupção dentro do sistema político e isto me parece um pouco problemático, pois esta infelizmente faz parte das “velhas” doenças deste sistema.

Mesmo que os artigos isoladamente, correspondente aos autores, sejam bem diferentes, existe algumas tendências, para as quais deve ser apontado. Os artigos são praticamente descritivos e a crítica, quando ocorre, é exercida geralmente pelos autores de língua alemã. Na tendência avalia-se o período de governo do presidente Lula predominantemente como positivo e alguns autores brasileiros até recusam explicitamente a necessidade de reforma do sistema político, especialmente para o parlamento e seu sistema partidário. Eles têm decididamente outra opinião do que por ex. Albert Fishlow. Em geral é bem grande o otimismo de alguns autores, especialmente dos brasileiros, de que o Brasil desta vez finalmente alcançou o “futuro” do qual Stefan Zweig já havia falado. Além disso alguns, sobretudo autores brasileiros, rejeitam a fase do liberalismo econômico do final dos anos oitenta e dos anos noventa como um erro e, em princípio, inadequado para o Brasil. Mesmo alguém como Luiz Carlos Bresser Pereira, embora tenha sido ministro no governo Fernando Henrique Cardoso por alguns anos, caracteriza esta fase como “retrocesso neoliberal” (p. 195) e dominada por uma coalizão de “*rent-seeker*,... do setor financeiro e de interesses estrangeiros” (p. 194). Se esta fase “neoliberal”, como caracterizada neste volume pela maioria dos autores, eventualmente tenha contribuído para a boa situação atual do Brasil, não é discutido em nenhuma forma. Vale ainda apontar para uma pequena particularidade deste volume. O registro dos autores foi organizado conforme o costume brasileiro, ou seja, pelo nome e não o sobrenome. Resumindo, deve-se congratular ambos organizadores desta coletânea, produzida com apoio financeiro da embaixada brasileira. E ainda muito mais por ter sido este volume produzido nas horas vagas, o que infelizmente acontece, com frequência, no âmbito da pesquisa sobre o Brasil na Alemanha.

O volume redigido por Leonardo Avritzer *Participatory Institutions in Democratic Brazil* ocupa-se com um aspecto da vida política brasileira, que surgiu no contexto da redemocratização nos anos oitenta. O volume publicado nos EUA, em inglês, trata do surgimento, no Brasil, de diferentes instituições de participação pública nas decisões políticas, sobretudo depois do final da ditadura militar. Além da área de planejamento orçamentário, conhecido internacionalmente devido a Porto Alegre, contam também as áreas de planejamento urbano e do sistema de saúde. O autor, um professor brasileiro de Ciências Políticas, esboça os diferentes desenvolvimentos políticos deste processo, com base nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador.

No capítulo teórico, no início da monografia, ele analisa as publicações existentes sobre participação política no Brasil e desenvolve seu próprio princípio de instituição de participação. No entanto permanece ao fim obscuro, o que exatamente ele entende por instituição. Seguindo sua explicação, principalmente aquela sobre os processos políticos, sobretudo os esforços de participação, em respeito ao orçamento, mas também em relação ao planejamento urbano, estão ainda em uma fase de configuração. E somente a participação no planejamento da saúde e no planejamento urbano têm uma base na legislação federal. Mas também nestes casos, a aplicação depende fortemente da vontade dos afetados, dos partidos e grupos envolvidos. As bases para uma instituição, as leis e a rotin-

na dos procedimentos nos esforços para a participação foram até agora alcançados somente em parte. Logo teria sido melhor falar de um processo de institucionalização.

Ele descreve de modo abrangente os processos políticos que levam aos grêmios de participação e que os influenciam em suas diversas formas; ele fala de “*design*”. Assim ele diferencia entre “*Bottom up*”, uma assembleia de cidadãos; “*Power Sharing*”, organizações civis enviam representantes escolhidos; e “*Ratification*”, ou seja, a respectiva administração apresenta sugestões para um grêmio de cidadãos, que as pode aprovar ou recusar. A apresentação é um tanto tendenciosa em relação ao PT. Pois devido ao sistema eleitoral brasileiro, embora o PT, até agora, quase não tenha tido a chance de governar sozinho e tenha sempre feito coalizões, o autor suscita a impressão, de que apenas o PT tenha tentado introduzir grêmios participativos. Raramente ele mostra a posição dos outros partidos brasileiros e organizações e eles quase não são mencionados. Porém sem o seu apoio, os esforços para a participação teriam tido pouco sucesso. Em compensação, o leitor é informado detalhadamente sobre as discussões entre as frações do PT e dos grupos ligados ao partido. Isto é válido especialmente para as partes que tratam da participação na configuração do orçamento. Ademais permanece não muito claro, quais são as concretas atribuições e possibilidades de sanções, que estes grêmios têm e qual a sua importância em relação ao respectivo orçamento total.

Infelizmente também fica fora da discussão, em que medida estas “instituições participativas”, além das cidades por ele examinadas, se estabeleceram. Tomando-se como base as participações por ele mencionadas para o ano de 2004, de 300.000 para as decisões orçamentárias e 400.000 nos conselhos social e de saúde, frente a uma população de cerca 190 milhões, não se pode falar de uma disseminação generalizada destas “instituições”.

No início da publicação, o autor salienta que há dez anos pesquisa sobre o tema e percebe-se também em sua apresentação, que ele possui um conhecimento abrangente sobre o assunto. Entretanto tem-se a impressão que ele procurou reunir neste texto informações já existentes, o que infelizmente não deu muito certo. Ele menciona ter feito entrevistas, mas não as expõe em detalhes e em algumas tabelas faltam as explicações, ou não fica claro, que importância teria os fatos expostos, como por ex. os bairros de Porto Alegre, para sua tese de institucionalização, mas também, no caso mais comum, para um leitor americano. O livro oferece informações interessantes sobre os movimentos participativos no Brasil, com uma rica referência literária de 19 páginas. Mas lamentavelmente a apresentação da monografia não foi tão feliz.

Para concluir ainda uma referência ao catálogo de uma exposição em Viena, sobre a Tropicália no Brasil. Este pequeno volume, com suas 80 páginas, é o catálogo de uma exposição realizada na *Kunsthalle*, em Viena, no início de 2010 e contém uma curta introdução do diretor do museu, um ensaio minucioso como iniciação ao tema, pelo curador àquela época, Thomas Mießgang, assim como esclarecimentos sobre os artistas expostos.

A Tropicália é um dos mais significativos movimentos artísticos do Brasil. O nome deriva de uma instalação de Hélio Oiticica, de 1967 (também documentada no catálogo), mas que como conceito somente tornou-se popular devido a uma canção de Caetano Veloso, do mesmo ano e com igual título. Por este motivo o nome “Tropicália”, ou também “Tropicalismo”, é entendido no Brasil sobretudo como o movimento musical de Caetano Veloso, Gilberto Gil e seus aliados. Os artistas plásticos e poetas, geralmente mais velhos do que os músicos, como Hélio Oiticica, Lya Clark, Cildo Meireles ou Nelson Leirner, são conhecidos principalmente entre o público intelectual. Ainda fez parte

do movimento o cineasta nascido em 1938, Glauber Rocha, co-fundador do Cinema Novo. Com seus filmes como “Terra em transe” ou “Deus e o diabo na terra do sol”, ele representou uma importante influência para a Tropicália. Também houve influência da cultura e música pop daquele tempo, da Poesia Concreta, e também do Antropofagismo de Oswald e Mario de Andrade, dos anos trinta.

As quase 16 páginas do ensaio de Mießgang faz uma boa introdução ao movimento da Tropicália, mesmo que os músicos e sua música sejam pouco considerados e, condicionado pela exposição, seja dada prioridade aos artistas plásticos. Entretanto não é dada a devida atenção às influências não brasileiras, como a já mencionada pop-cultura. Na última parte deste catálogo há uma breve apresentação dos artistas participantes: além dos já citados artistas plásticos, também Glauber Rocha e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos, como representantes da Poesia Concreta, assim como Décio Pignatari. A parte musical do movimento encontra-se na forma de capas de discos e citações, especialmente de Caetano Veloso.

O que faz o pequeno volume interessante como iniciação à Tropicália, são as fotos das instalações, quadros e outros documentos da época. Desta forma o catálogo dá uma boa ideia da Tropicália, mesmo sem a visita à exposição.

Uma revisão das publicações resenhadas mostra um quadro variado. Em alguns dos trabalhos as teorias utilizadas estão muito em evidência e a realidade brasileira fica em um segundo plano. Para os leitores que pretendam principalmente se informar sobre a economia dos países BRIC, são recomendáveis as monografias de Albert Fishlow e, como complemento jornalístico, a publicação de Alexander Busch. Para aqueles com interesse político, o volume de Dana de La Fontaine e Thomas Stehnen seriam a primeira escolha.

Espera-se que continue a aumentar o número de publicações sobre o Brasil, sobretudo no idioma alemão. Talvez o fato de que o Brasil será novamente o convidado de honra da Feira do Livro de Frankfurt, em 2013, sirva de estímulo neste sentido.

Bibliografia

- Adam, Anatol: *Die Organisation der brasilianischen Grenzsicherheitspolitik – eine transaktionskostenökonomische Analyse*. Wiesbaden: VS Verlag 2011. 230 páginas.
- Avritzer, Leonardo: *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press 2009. XI y 205 páginas.
- Busch, Alexander: *Wirtschafts-Macht Brasilien*. München: Hanser Verlag 2011. 337 páginas.
- Fishlow, Albert: *Starting Over. Brasil since 1985*. Washington: Brookings Institution Press 2011. X y 236 páginas.
- Fontaine, Dana de la/Stehnen, Thomas: *Das politische System Brasiliens*. Wiesbaden: VS Verlag 2011. 434 páginas.
- Hözl, Marcus: *Brasilien auf dem Weg zum Global Player - Das politische Vermächtnis Lulas*. Frankfurt/M., etc.: Peter Lang 2011. 304 páginas.
- Matt, Gerald/Mießgang, Thomas (eds.): *Tropicália. Die 60s in Brasilien*. Nürnberg: Verlag für moderne Kunst 2010. 79 páginas.
- Schmalz, Stefan/Ebenau, Matthias: *Auf dem Sprung – Brasilien, Indien und China. Zur gesellschaftlichen Transformation in der Krise*. Berlin: Dietz Verlag 2011. 207 páginas.
- Silva-Garbade, Caroline: *Determinants of National IMF Policy. A Case Study of Brazil and Argentina*. Frankfurt/M., etc.: Peter Lang 2011. XIII y 209 páginas.